

Migração e formação de **redes religiosas** nas periferias urbanas: aspectos do **pentecostalismo** em Rio Grande da Serra

Claudio Pereira Noronha*

Resumo

O presente trabalho analisa a influência migratória na formação de “redes religiosas”, especialmente no campo pentecostal, nas regiões de *periferias urbanas*. No Brasil, fenômenos como urbanização e industrialização engendraram um intenso fluxo de pessoas na busca de melhores condições de vida. Esse conjunto de coisas contribuiu para a formação de regiões de “emigração” para importantes “polos industriais” do país, que, por sua vez, tornaram-se grandes centros de atração. Por outro lado, o processo migratório colaborou, sobremaneira, para a formação de variadas redes de sociabilidade. No âmbito deste estudo, analisaremos a influência migratória na formação de redes e práticas associativas religiosas no município de Rio Grande da Serra, periferia do Grande ABC paulista.

Palavras-chaves: Migração; Redes religiosas pentecostais, Rio Grande da Serra.

Migration and formation of religious networks in urban peripheries: aspects of pentecostalism in Rio Grande da Serra

Abstract

This study analyzes the influence of migration on the formation of “religious networks”, especially the Pentecostal networks, on the urban peripheries. In Brazil, phenomena such as urbanization and industrialization engendered an intense flow of people in search of better living conditions. This set of things contributed to the formatting of regions of “emigration” for important “industrial estates” of the country, which, in turn, have become major centers of attraction. Moreover, the migration process has contributed greatly to the formation of various social networks. Within this study, we analyze the influence of migration on the formation of associative networks and religious practices in Rio Grande da Serra, peripheral region of “Grande ABC paulista”.

Key-words: Migration; Pentecostal religious networks; “Rio Grande da Serra”.

* Mestrado e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo.
E-mail: clpnoronha@yahoo.com.br

La migración y la formación de redes religiosas en periferias urbanas: aspectos del pentecostalismo en “Rio Grande da Serra”

Resumen

Este trabajo tiene el objetivo de analizar la influencia de la migración en la formación de redes religiosas, sobretudo en el campo pentecostal, en las regiones de periferias urbanas. En Brasil, fenómenos como urbanización y industrialización han engendrado un intenso flujo de personas, na búsqueda de mejores condiciones de vida. Tales cosas contribuyeron para la formación de regiones de emigración para importantes polos industriales del país, que, por su vez, se convirtieron en grandes centros de atracción de personas. Por otro lado, el proceso de migración ha contribuido en gran medida a la formación de diferentes redes sociales. En este estudio, analizamos la influencia migratoria en la formación de redes asociativas y prácticas religiosas en “Rio Grande da Serra” periferia de la región del “Grande ABC paulista”.

Palabras clave: Migración; Redes religiosas pentecostales; “Rio Grande da Serra”.

Introdução

O presente trabalho analisa a influência migratória na formação de redes religiosas nas *periferias urbanas*. Especificamente, trataremos do pentecostalismo no município de Rio Grande da Serra, no Grande ABC paulista. Partimos da premissa que, no Brasil, os fenômenos de urbanização e industrialização se constituiriam tardios, se comparados ao mesmo processo na Europa, mas, imbricados a um conjunto de transformações sociais que engendraram significativos, e impactantes, “deslocamento” de pessoas contribuindo, entre outras coisas, para a formação de inúmeras *redes de sociabilidade*. Nesse aspecto, as *igrejas pentecostais* tornaram-se, aos migrantes, redes sociais eficazes para o processo de reorganização social.

Para fins de análise, na primeira parte do texto, discutimos em que medida as transformações urbanas contribuíram para a formação de fluxos migratórios, sobretudo, o que ocorreu no eixo Nordeste-São Paulo. Esse recorte regional é importante porque é daí que migrou um contingente significativo para Rio Grande da Serra. Para examinar tais fenômenos, e seus impactos, nos valem de autores que consideram o processo migratório resultado de “motivações coletivas” geradas a partir de um conjunto de relações sociais desiguais, no interior do sistema econômico vigente, e, não simplesmente, escolhas individuais.

Na segunda parte, examinamos as práticas associativas religiosas influenciadas pelos fenômenos migratórios, destacando estudos acerca das redes sociais formadas em torno de grupos religiosos em regiões periféricas de São Paulo. Na terceira parte, em que abordamos a relação entre migração e

pentecostalismo, em Rio Grande da Serra, nos apoiamos em dados obtidos (questionários e entrevistas¹) durante pesquisa de campo (NORONHA, 2015). Utilizaremos parte do que foi coletado sobre os grupos pentecostais, em especial as informações sobre “locais de nascimento” dos participantes e seus ascendentes.

A formação das grandes cidades e o fenômeno migratório brasileiro

No limiar do século XX o Brasil era, ainda, um país rural. O início da urbanização data pouco mais de um século no desenvolvimento social brasileiro (SANTOS, 2008). Embora já houvesse grandes cidades em períodos anteriores (desde o século XVI), é somente na passagem do século XIX para o século XX que começam a ganhar adensamento populacional.² Nos primórdios dos anos 1900, a população urbana representava pouco mais de 10% da população total. Nas décadas seguintes, pelo acentuado fluxo de pessoas, os números aumentariam de forma significativa, mas, pouco gradual, o que contribuiria para uma urbanização rápida e desordenada (SANTOS, 1982 e 2008).³ O crescimento urbano, no Brasil (especialmente em São Paulo), e os problemas correlatos, deram-se por meio da constante hibridação de elementos “do passado” e “do presente”, misturando-se crescimento urbano e modernização aos processos de exclusão social (DAMIANI, 2004). A modernização implicaria, ao longo do tempo, em certo “aburguesamento” de determinadas camadas sociais combinados à reprodução de uma massa crescente da população condenada à vida precária (KOWARICK e BRANT, 1976; FERNANDES, 1981).

Santos e Silveira (2006) ressaltam a formação heterogênea das cidades, que teriam se constituído com portes diferentes. Primeiro houve um aumento do número, e população, dos núcleos com mais de 20 mil habitantes (urbanização aglomerada). Posteriormente, temos uma urbanização concentrada

¹ Para citação das entrevistas não utilizaremos nomes, mas, o Estado de origem do entrevistado.

² Quando ocorreu o primeiro censo no Brasil (1872), somente três capitais brasileiras contavam com mais de 100 mil habitantes: Rio de Janeiro (274.972), Salvador (129.109) e Recife (116.671). Em 1890, além dessas, apenas outras três passavam dos 50 mil moradores: São Paulo, Porto Alegre e Belém (SANTOS, 2008).

³ Conforme Santos (2008, p. 22-23), o percentual de urbanização é apresentado com certa disparidade, principalmente, nos primeiros decênios em diferentes autores: Oliven (1980), por exemplo, sugere que o percentual de urbanização entre 1872 e 1950 seja o seguinte: 1872 (5,9), 1890 (6,8), 1900 (9,4), 1920 (10,7), 1940 (31,24) e 1950 (36,16). Já Geiger (1963) apresenta os seguintes dados: entre 1872 e 1920 a urbanização estaria em um patamar de 10% da população. Em 1940 (31,8), e 1950 (36,2).

que experimenta a multiplicação de cidades de tamanho intermediário para logo em seguida alcançarmos o estágio de metropolização, o que implica no surgimento das cidades milionárias (IBIDEM).⁴ Os autores destacam que a formação de uma “rede brasileira de cidades” possibilitou, com o passar do tempo, maior integração nacional. Contudo, isso não ocorreu de forma equânime em todo o país. Tal processo evidencia a formação de um mercado territorial localizado no Centro-Sul, com grande destaque para o Estado de São Paulo (KOWARICK e BRANT, 1976; SANTOS e SILVEIRA, 2006).

Em 1940, o percentual da população urbana já atingia o patamar de 32,24%, relativos a uma população total de 41,2 milhões (SANTOS, 2008). Em São Paulo, a urbanização girava em torno de 43% (SANTOS, 2008). Registre-se que nesse período (entre 1935 e 1939) São Paulo já atraía migrantes de todo o país, sobretudo do nordeste. Os migrantes eram provenientes, não apenas, mas, principalmente da Bahia (37,5%), de Minas Gerais (23,5%) e de Pernambuco (12,7%) (SANTOS e SILVEIRA, 2006). Kowarick e Brant (1976), apoiando-se em dados do CEBRAP, mostram que entre 1940 e 1950 a *taxa decenal* de crescimento migratório no município de São Paulo era de 65,7%. Entre 1950/60, o percentual era de 72,4%, e 56,3% entre os anos de 1960 e 1970.

O crescimento das cidades, fortemente atrelado à industrialização, fomentou um mercado importante de bens e serviços, além de novas técnicas produtivas, associadas à maior divisão social do trabalho e ampliação das redes de transporte e comunicação, constituindo, de forma geral, espaços de maior “aglomeração” (SINGER, 2002; SANTOS e SILVEIRA, 2006). A concentração de bens e serviços em determinada região favorecia a produção e reprodução (de capital) no local. São Paulo, por exemplo, passou a concentrar, gradativamente, espaços de atividades manufatureiras e comerciais, o que lhe beneficiou muito. “Energia, transporte, telefonia, abastecimento de água, tratamento de esgoto, etc., produzidos em grande escala, tornam-se mais baratos, por unidade, em São Paulo do que em estados mais pobres e menos industrializados” (KOWARICK e BRANT, 1976, p. 16).

No que diz respeito à industrialização, o período compreendido entre os anos de 1900 e 1935 é um momento de “mecanização” e “motorização” do território brasileiro. Concomitante a isso, houve ampliação do sistema de portos e linhas ferroviárias entre outros aparatos técnicos (SANTOS e SILVEIRA, 2006), visando, em grande medida, o aumento da produção e circulação de bens. Havia, nesse momento, considerável desejo de ampliar a exportação, especialmente a do café. Para Martins (1981), a industrialização no Brasil não começou como “grande indústria”. Os principais grupos econô-

⁴ Dados sobre o crescimento das cidades brasileiras cf. Santos e Silveira (2006, especialmente o cap. 09).

micos surgiram no último quarto do século XIX, para substituir a produção artesanal e doméstica, ou mesmo produções em pequena escala, e, somente com o tempo tornaram-se grandes. Santos e Silveira (2006) apontam dois períodos para o processo de industrialização no Brasil. Um, que perpassa as primeiras décadas de 1900, em que o crescimento industrial ocorreu de forma “não intencional”. Outro, a partir de 1945 e 1950, em que a metrópole industrial, abrigando todos os tipos de fabricação, passa a ensejar um crescimento industrial “intencional”.

A ampliação e a diversificação de indústrias e, por conseguinte, bens de consumo, necessitaram do aumento do contingente de mão de obra. Relacionados a isso, constatou-se a crescente migração interna, com o considerável êxodo do campo para a cidade (DURHAN, 1973), aliado ao fluxo de pessoas entre os Estados brasileiros, e a imigração estrangeira. As cidades, por sua vez, mesmo em ritmo de crescimento, não estavam preparadas para receber esse contingente, resultando na miserabilização da população urbana (KOWARICK e BRANT, 1976).

Como dito, o crescimento urbano e a industrialização ocorreram de maneira significativamente intensa no eixo Sul-Sudeste, mormente em São Paulo. A migração, em especial a nordestina, para esse circuito foi notável, embora também tenha ocorrido em direção à região Norte, principalmente no período de 1879-1912, no chamado “ciclo da borracha” (BRAIDO, 1980). Conforme mencionado, a região Nordeste, sobretudo a região do agreste, tornou-se sujeita à emigração, notadamente pelo fator “estagnação”. A ausência de polos industriais e infraestrutura de serviços (transporte, energia, comunicações etc.) marcou significativamente a população da região e determinou as razões pela qual houve enorme movimento de pessoas para regiões mais industrializadas.

Por outro lado, entre as décadas de 1930 e 1960, determinadas regiões ou polos industriais tornaram-se importantes no contexto nacional, como é o caso, em São Paulo, de São Miguel (zona leste da cidade de São Paulo) e o Grande ABC paulista. Essas regiões, por um conjunto de fatores, constituíram-se centros de “atração” de pessoas.⁵ No caso do Grande ABC, há que frisar, este favoreceu-se por estar próximo à cidade de São Paulo e ter uma “malha ferroviária” (*São Paulo Railway*) cruzando suas cidades. Todos esses elementos contribuíram para um importante processo de industrialização nessas regiões (KOWARICK e BRANT, 1976; FRENCH, 1996; KLINK, 2001).

⁵ Nesse período, comandado pelos ex-presidentes Getúlio Vargas (1930-1945 – “Era Vargas”) e Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Brasil passou por momentos de grande desenvolvimento econômico. Processo que não ocorreu de forma homogênea em todas as regiões ou cidades brasileiras. Mesmo nesses períodos, houve crescimento da pobreza no Brasil.

Estudos sobre a migração nordestina na região de São Miguel paulista apontam para o protagonismo da indústria *Nitro Química*, fundada em 1937 (FONTES, 2005). Durante décadas, milhares de migrantes nordestinos se empregaram na referida indústria, que se tornou conhecida nacionalmente.⁶ Mas, o que é digno de ressaltar, nesse ponto, é que muitos dos que vieram para cá, não o fizeram de forma espontânea, e, sim, por meio de “redes” de agenciamento (FONTES, 2005). Como aponta Singer (2002), o deslocamento de pessoas nem sempre é uma decisão individual, mas, motivada pelas necessidades de classe. Não somente nordestinos foram para São Miguel, contudo, especialmente os “baianos” – apelido estendido a todos os nordestinos – contribuíram para que a região se tornasse conhecida como um “nordeste” em São Paulo.

O Grande ABC paulista, a partir da década de 1950, tornou-se uma região importante, especialmente pelas indústrias automobilísticas (incluindo o setor produtivo e autopeças) e petroquímicas (KLINK, 2001).⁷ Aqui a migração nordestina, mineira e do interior de São Paulo teve papel preponderante para o crescimento populacional e mão de obra industrial. A partir da década de 1950, e principalmente entre os decênios 1970/80, ocorreu o auge da migração nordestina. Entre as décadas de 1970/80, migraram 1.255.890 nordestinos para o Estado de São Paulo. Entre 1981/1991, migraram 1.235.795 (IBGE: censo demográfico/1980 e 1991 e PNDA/1995).⁸

No mesmo período, o Grande ABC recebeu um elevado número de migrantes. Esses vinham trabalhar nas indústrias, que cresciam e se diversificavam. Isso fez que cidades do ABC, entre elas Rio Grande da Serra, se tornassem “cidades-dormitório”. O processo desencadeou a formação de um centro industrial, e comercial, e, ao mesmo tempo, regiões periféricas.⁹

⁶ A empresa Nitro Química abrigou grande percentual de nordestinos, o que lhe rendeu certo “reconhecimento”. Por outro lado, sua “fama” deve-se, também, pelos enormes problemas de saúde aos empregados, decorrente dos produtos químicos que eram parte de sua matéria-prima.

⁷ O processo desencadeou concomitantemente um verdadeiro agrupamento espacial de investimentos no ramo automobilístico ao longo da Via Anchieta, como as montadoras Volkswagen, Mercedes, Karmann-Ghia e Simca (KLINK, 2001).

⁸ Vale ressaltar que, a partir da década de 1990, a taxa de migração nordestina para São Paulo começa a decair. Nos anos seguintes, não apenas se observa a diminuição na taxa de migração, mas também o fenômeno do retorno, que, conforme Cunha (2005), precisa ainda ser mais bem avaliado. Sobre o processo migratório, na década de 1990, consultar Cunha e Deddeca (2004) e Cunha (2005).

⁹ O desenvolvimento (econômico, industrial, comercial etc.) na região do ABC não ocorre de forma homogênea. Cidades como Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul se destacaram mais rapidamente, enquanto outros municípios demoraram mais tempo para atingir um patamar razoável de desenvolvimento. Nesse contexto, Rio Grande da Serra tornou-se a região menos desenvolvida.

Boa parte dos que migraram para a região foi morar em favelas ou bairros afastados desse centro. O processo de “favelização” em São Paulo, tanto na Capital como em toda a RMSP, incluindo o Grande ABC, contribuiu para a formação de uma classe de trabalhadores mal remunerados (KOWARICK, 1993 e 2002; KOWARICK e BRANT, 1976) e, invariavelmente, destituídos de mecanismo de proteção.

Migração: uma visão crítica

O processo migratório não deve ser reduzido, para efeito de análise, a uma decisão individual, mas considerado, sobretudo, a partir de motivações coletivas, pelo desejo de uma “vida melhor” (DURHAN, 1973). Invariavelmente, está relacionado às formas como o “espaço” foi organizado em termos econômicos, o que inclui, entre outras coisas, processos produtivos (SINGER, 2002; SANTOS, 1979; SANTOS e SILVEIRA, 2006). Sendo assim, as migrações, estão historicamente condicionadas a processos globais de mudança – sejam econômicos, políticos ou sociais. “Encontrar os limites da configuração histórica que dão sentido a um determinado fluxo migratório é o primeiro passo para o seu estudo” (SINGER, 2002, p. 29). Existem, é evidente, decisões “individuais”. Contudo, no âmbito deste estudo, desejamos compreender as motivações que levam as pessoas a se deslocarem por falta de opção. Nesse caso, as migrações refletem muito mais a precariedade da situação que encontravam nos locais de origem, do que, necessariamente, o “puro” desejo de migrar.

Os mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimento às cidades e ao mesmo tempo criam os incentivos econômicos às migrações do campo à cidade, não fariam mais que exprimir a racionalidade macroeconômica do progresso técnico que constituiria a essência da industrialização (SINGER, 2002, p. 31-32).

A distribuição de todo o aparato industrial no espaço – produção, insumos etc. – busca atender às necessidades econômicas estabelecendo grandes diferenças regionais. Formam-se, nesse processo, regiões de “expulsão”, a exemplo do Nordeste, ou de “atração” de pessoas, como é o caso de São Paulo. Uma mesma região pode, em determinado momento, representar as duas coisas. São Paulo (capital) é um exemplo disso. Embora continue recebendo migrantes, especialmente nas regiões de fronteira urbana (TORRES, 2004), testemunha um processo de “emigração”, de parte de sua população, para o interior do Estado, ou mesmo para outros Estados (BÓGUS, 1994; KLINK, 2001).

Nem sempre as regiões, que recebem grandes contingentes, conseguem absorvê-los adequadamente. Em meados da década de 1960, momento de intenso volume migratório para RMSP, a infraestrutura urbana era muito precária: 40%, dos oito mil quilômetros que formavam a rede de circulação de tráfego local, eram pavimentadas. Meio milhão de pessoas morava em residências sem iluminação elétrica. Tinham rede de esgoto 30% dos domicílios e 53% abastecimento de água. Nas periferias, a situação era ainda mais precária. Tinham rede de esgoto 20% da população e 46% abastecimento de água (KOWARICK e BRANT, 1976). De forma geral, a migração tem se constituído por um fenômeno cujo processo de inclusão, ou (re)inclusão, social é bastante vagaroso (MARTINS, 2012).

Temos clareza que a análise do fenômeno migratório é algo mais complexo do que pudemos realizar aqui. Seria necessário, para uma análise mais completa, discutir questões como “migração de retorno”, ou mesmo “novos fluxos migratórios”. Contudo, o objetivo aqui foi, sobretudo, ressaltar que um conjunto de fatores que permeiam os percursos migratórios é um campo fértil para a análise das redes de sociabilidade formadas ao seu redor.

Influências migratórias na formação de redes sociais e redes religiosas

Neste ponto, discutiremos a formação de redes de sociabilidade, com ênfase nas redes em torno de instituições religiosas, a partir do processo de descolamento de pessoas, fenômeno de grande relevância na formação da sociedade brasileira, especialmente no século XX. O objetivo é destacar que as redes (de vizinhança, amizade, religiosas etc.), mais ou menos formais, estão presentes em vários momentos e situações no dia a dia daqueles que deixam seus locais de origem.

Migração e redes sociais

Os estudos que envolvem os fenômenos migratórios revelam haver um “padrão” na formação de *redes sociais* (CUNHA, 2005; FOERSTER, 2010, 2012; BARRERA, 2012). Não temos a intenção de aprofundar, aqui, a discussão em torno do conceito, entretanto, os estudos acerca do tema apontam as “redes”, no campo social, como interações que ocorrem, entre as mesmas pessoas por um longo tempo (MARQUES, 2010 e 2012), o que possibilita, aos envolvidos, principalmente em maiores condições de vulnerabilidade social, potenciais ganhos “materiais” ou “simbólicos” (LOMNITZ, 2001; ALMEIDA e D’ANDREA, 2004). A questão está imbricada ao conceito de “capital social” – soma dos capitais econômicos e culturais de indivíduos – produzidos nas relações sociais duradouras (BOURDIEU, 1986 e 2007).

No que se refere à migração, pesquisas destacam as variadas redes formadas nos *locais de destino*, criadas entre os migrantes internos ou estrangeiros, na intenção, por um lado, de (re)adaptação social, e por outro, melhorar as condições de vida na terra desconhecida. Camargo (1961), nesse sentido, destaca que o processo de urbanização, cujo impacto no deslocamento de pessoas do campo à cidade foi intenso, engendrou um importante choque cultural, modificando os referenciais simbólicos daqueles que se deslocaram. Isso teria influenciado na busca por outras formas de pertencimento religioso, entre eles o pentecostalismo e a Umbanda. Processo concernente aos rearranjos – construção de novas redes – que ocorrem na mudança de um local para outro (MOYA e MARQUES, 2012).

Pesquisas em São Miguel Paulista (FONTES, 2005) permitiram que se destacasse a estratégia de arregimentação de trabalhadores no interior de São Paulo, Minas Gerais e Nordeste. Esta contava com uma logística para a alocação de trabalhadores (divulgação, transporte, alojamento) que, ao chegarem a São Miguel, logo começavam a trabalhar – em especial na *Indústria Nitro Química*. O que também é relevante no processo é que, com o passar do tempo, e na medida em que várias gerações de migrantes se constituíam, a “ponte” entre os locais de origem e destino era feita pelas próprias pessoas envolvidas. “Uma extensa rede de contatos entre os trabalhadores já instalados na *Indústria Nitro Química* e seus parentes e amigos nas comunidades de origem garantiu um intenso fluxo de mão de obra para a indústria” (FONTES, 2005, p. 105).

As redes formadas nos locais de destino eram (ainda são) fundamentais para a adaptação dos migrantes ao seu novo meio social, ocorrendo a partir de mecanismos de “ajuda mútua” e “solidariedade” entre novos e antigos migrantes (SINGER, 2002; FONTES, 2005). Singer (2002), ao analisar a situação econômica e cultural de trabalhadores em sua condição de origem, ressalta a importância da criação de vínculos para aqueles que chegavam a uma nova sociedade:

(...) o lugar que o novo migrante irá ocupar na estrutura social já é, em boa medida, predeterminado pelo seu relacionamento social, isto é, por sua condição de classe anterior. O modo como o migrante se insere na sociedade de destino tem sido explicado por meio de suas características individuais; (...) Seria importante considerar que laços de solidariedade familiar, de origem comum etc., que refletem situações de classe social, desempenham um papel de suma importância na integração do migrante à economia e à sociedade do lugar de destino (SINGER, 2002, p. 57).

O diversificado leque associativo tem sido importante para a adaptação daqueles que mudaram de um “universo sociocultural” para outro (CUNHA, 2005). É muito comum que um indivíduo se associe a uma nova religião em seu local de chegada, o que não acontece, necessariamente, por motivos “ideológico-religiosos”, mas pelo fato de ser “acolhido” pelo novo grupo (MARINUCCI, 2011). Isso explica, em parte, a influência migratória no crescimento do pentecostalismo. Nesse sentido, as comunidades que se formavam em torno de migrantes, em São Miguel, organizavam bailes (embalados pelos ritmos nordestinos), festas de carnaval, festas juninas, jogos de futebol (geralmente várzeas), sessões de cinema, comunidades beneficentes etc. (FONTES, 2005). Cabe frisar que a “imagem” dos nordestinos, equivocadamente construída por parte da população do Sul-Sudeste, de um povo atrasado e ignorante, dificultava, ainda mais, a sua inserção na sociedade paulistana.

Nesse aspecto, as redes mostram-se importantes para adaptações étnico-culturais, tanto para as migrações internas (especialmente nordestinas), como para os estrangeiros. Um exemplo importante é a imigração italiana. É possível que o choque cultural desses imigrantes, no Brasil, tenha sido maior do que os nordestinos em São Paulo. Colognese (2004), analisando redes sociais italianas, destaca a proliferação das associações entre os italianos que migraram para cá. Segundo o autor, nas regiões urbanas, as associações estavam mais voltadas para a beneficência e socorro mútuo. Funcionavam mediante contribuições mensais e asseguravam aos seus associados, entre outras coisas, tratamento médico, medicamentos, auxílio a doentes, velhos, e viúvas.

Nas regiões rurais, especialmente no sul do Brasil, predominavam associações recreativas, esportivas e cooperativas. Um destaque importante é a *sociedade da capela*. Apesar de seu caráter religioso, não se restringia às missas ou aos cultos. Em torno da “capela” se formavam sociedades lideradas por leigos, que organizavam eventos esportivos e recreativos (COLOGNESE, 2004). Os italianos, no começo do século XX – o que coincide com o intenso período migratório –, ainda identificavam-se mais com suas comunidades ou vilarejos do que propriamente a nação italiana (FOERSTER, 2010).

Outro exemplo, mais atual, é a imigração boliviana em São Paulo (SILVA, 2003). O tema das “festas religiosas” possibilita o exame de redes familiares, de vizinhança ou religiosas que se formam em torno dos imigrantes bolivianos. A devoção à *Pachamama* (Mãe Terra) – religiosidade dos povos andinos – é um elemento central, e as festividades tornam-se um componente fundamental para a reorganização sociocultural dos bolivianos em solo brasileiro. As festas religiosas bolivianas na capital paulista são, de forma geral, construídas num contexto católico, coordenadas pela Pastoral do Imigrante, e a partir das “devoções marianas” (IBIDEM). Tanto uma

situação quanto a outra reforçam a importância das associações estrangeiras, pois, se constituem respeitando os elementos culturais específicos de cada grupo que para cá vieram.

Migração e redes religiosas pentecostais

Ao analisar, e comparar, os padrões migratórios envolvidos na formação das duas primeiras igrejas pentecostais no Brasil (Assembleia de Deus e Congregação Cristã no Brasil), Foerster (2010) sublinha que, nos dois casos, seus fundadores contaram com *redes de apoio* que possibilitaram levar a cabo sua missão. Tanto o italiano *Luigi Francescon*, como os suecos *Daniel Berg* e *Gunnar Vingren*, antes de chegarem ao Brasil, migraram, primeiro, para Chicago (EUA), local que tiveram contato com *William Durham*, uma importante liderança pentecostal da época.

Luigi Francescon foi aos EUA ao encontro de seu irmão, que já habitava em meio a outros italianos. O sueco *Gunnar Vingren*, ao imigrar para esse país, foi morar com um tio. Lá conheceu *Daniel Berg*. Os relatos reforçam a noção que processos migratórios não ocorrem, pelo menos em sua maioria, ao acaso, mas por meio de redes que facilitam ou mesmo permitem que determinados intentos sejam alcançados. Nesse caso, as redes familiares, associadas às redes religiosas estadunidenses, contribuíram para que os missionários viessem para o Brasil fundar as referidas denominações pentecostais.

Estudos de Barrera (2010 e 2012) na favela do Areião (bairro Montanhão), em São Bernardo do Campo (SBC), demonstram a importância das igrejas pentecostais em regiões de *alta vulnerabilidade social*. O autor destaca que moradores da região, entre eles migrantes, constituíram suas redes de sociabilidade à margem das práticas associativas sindicais. As igrejas transformam-se, muitas vezes, em redes de proteção. Na mesma linha de raciocínio, Foerster (2012), estudando a Igreja Congregação Cristã no Brasil (CCB), na Vila Moraes, em SBC, confirma que a denominação se torna, configurado em redes informais, um mecanismo de acesso, para a população alijada de muitas políticas públicas, a um conjunto de “estruturas de oportunidades”.

A migração e as redes pentecostais formadas nesses processos também são importantes no que diz respeito à expansão de grupos religiosos. Fajardo (2010 e 2012), ao estudar o bairro de Perus (periferia de São Paulo), salienta que o processo migratório foi fundamental para a formação e o desenvolvimento da região. O bairro recebeu grande movimento migratório, dos estrangeiros inicialmente, e dos nordestinos, posteriormente. Em pesquisa junto aos pentecostais, no Recanto dos Humildes (periferia do bairro, que, por sua vez, é uma região periférica), constatou que 80% tiveram algum tipo de experiência migratória, e que a maioria (84,12%) tornou-se pentecostal

depois que chegou ao bairro. As igrejas, nesse caso, tiveram papel fundamental na questão de identificação cultural e solidariedade entre os migrantes.

Cabe destacar que as redes de parentesco, amizade ou profissionais formadas ao redor da migração, nem sempre puderam acolher e resolver todos os problemas envolvidos no processo migratório. Isso se potencializa quando os migrantes vão habitar as regiões mais afastadas e carentes. Como salienta Singer (2002), o fato de deixar para trás uma região carente e chegar, em São Paulo, nunca foi sinônimo de resolução dos problemas. Seja pela impossibilidade estrutural de absorção de mão de obra, seja pela baixa qualificação profissional dos migrantes, a verdade é que parcela de pessoas que chegaram às grandes cidades passou a viver em situações precárias.

Concordamos com Martins (2012), que o deslocamento migratório tem impacto para várias gerações (filhos, netos), imputando aos descendentes, ao longo de um grande período, as consequências de um processo muito vagaroso de (re)inclusão social. O autor afirma que “nem todos os migrantes são um problema social, mas nas migrações está envolvido um problema social (MARTINS, 2012, p. 127). Sua visão se baseia, principalmente, em que o problema não está tanto no deslocamento entre regiões, mas, nos empecilhos que o processo configura na “migração” de uma posição social à outra, no interior da sociedade. Nesse sentido, a “exclusão (...) deixa de ser temporária e se torna um modo de inserção social degradada (IBIDEM, p. 149).

Rio Grande da Serra: processo migratório e redes religiosas

O município de Rio Grande da Serra, com Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires e Mauá, integra-se à região do Grande ABC paulista e à Região Metropolitana de São Paulo. O desenvolvimento industrial na região, acelerado pelas indústrias automobilísticas, na década de 1950,¹⁰ contribuiu decisivamente para o seu crescimento populacional. Na década de 1960, período de sua emancipação, a cidade possuía aproximadamente 4.000 habitantes (SAAR, s/d). Nos anos 1980, esse número saltou para aproximadamente 20.000. No ano de 2000 o Censo registrou 37.091 habitantes e, em 2010, 46.326, considerando uma projeção para 2014 (IBGE).¹¹

¹⁰ No início do século XX, já havia indústrias na região do Grande ABC, sobretudo no ramo têxtil e aquelas ligadas à Estrada de Ferro de São Paulo (FRENCH, 1996).

¹¹ Entre as décadas de 1970 e 1980, o crescimento populacional foi 139,2%. Número expressivo, quando comparado ao crescimento, no mesmo período, das regiões do Grande ABC (67,2%) e do Estado de São Paulo (40,9%). Embora no período já estivesse ocorrendo uma desconcentração industrial, e parte do fluxo migratório não estivesse direcionado somente para as grandes metrópoles, mas, também, para o interior de São Paulo e outras regiões do país, a “periferia” continuava crescendo expressivamente (BÓGUS, 1992; KLINK, 2001).

Por conta do expressivo fluxo migratório, estimulado pela industrialização de São Paulo e Grande ABC, e pela impossibilidade de construir um parque industrial próprio – entre as razões está o fato de submeter-se, em 1976, à legislação de preservação ambiental – Rio Grande da Serra tornou-se uma “cidade-dormitório” para outros municípios mais industrializados,¹² recebendo migrantes de várias partes do país. Ao crescimento populacional somou-se a falta de uma estrutura industrial e comercial, o que impossibilitou seu desenvolvimento econômico e lhe impingiu, ao longo das últimas décadas, indicadores sociais precários (NORONHA, 2010 e 2012).¹³ É nesse contexto que se desenvolve o campo religioso pentecostal,¹⁴ que apresentou, nas últimas décadas, significativo crescimento no município.

Influência migratória no crescimento pentecostal em Rio Grande da Serra

O processo migratório, principalmente o mineiro e o nordestino, intensificou-se na cidade na década de 1970.¹⁵ Nesse período, pouco tempo transcorrido de sua emancipação, a estrutura urbana era deficiente. As ruas não eram asfaltadas, chovia ou garoava muito. Havia pouco sol, muita neblina e a lama era comum. A citação, de um migrante do Estado de Minas Gerais, ilustra a dificuldade inicial, especialmente com as questões climáticas, daqueles que para Rio Grande da Serra se deslocaram.

Só que naquela época que mudamos para cá era muito difícil, porque não tinha asfalto, não tinha luz, era uma neblina. Era uma cidade totalmente verde. Tinha muita área verde. Onde era a [Empresa] Polloni era tudo mato. Então garoava

¹² Logo após sua emancipação (1963), houve a tentativa de ampliar o número de empresas na cidade – que até as primeiras décadas de 1900 estavam, em sua maioria, ligadas à Estrada de Ferro São Paulo Railway –, com isenções fiscais. Porém, em 1976, por ser uma área de proteção de mananciais, submeteu-se à Legislação Ambiental e ficou proibida de instalar indústrias poluentes.

¹³ Quando comparam-se indicadores sociais – como saúde, educação, índices de desenvolvimento humano, situação de vulnerabilidade social ou capacidade orçamentária do município –, de Rio Grande da Serra, com os demais municípios da região, este mostra-se, invariavelmente, em situação menos favorável.

¹⁴ O conceito de “campo” – aqui, o de “campo religioso” – segue o que propõe Bourdieu (1987). Constituem-se por espaços sociais com interesses e regras próprias. No caso do campo religioso, como outros campos da realidade social, é um local de disputas em que cada grupo religioso procura ser reconhecido como o mais legítimo, e capacitado, para gerir os “bens simbólicos de salvação”.

¹⁵ Num período anterior, quando a região do Grande ABC, ainda, não havia passado pelos desmembramentos que conhecemos atualmente (NORONHA, 2012), ocorreu um processo migratório de estrangeiros, como italianos, alemães e japoneses.

muito. Chovia muito aqui. Às vezes a gente ficava até três meses sem ver o sol aqui. Então era o maior sacrifício para secar roupa, e tal.

Além do clima, havia pouco transporte e as pessoas tinham dificuldade de se locomover, em dias de chuva, até a estação de trem, principal meio de transporte às outras cidades da região em que boa parte trabalhava. Ressalte-se que o trem passava somente algumas vezes por dia. Eram poucas as escolas, como também o comércio. Em determinados bairros, havia poucas casas. Os espaços de lazer, e outras formas de sociabilidade, eram escassos. “Só tinha a rua do centro, comércio só tinha o João Paraíba, (...) o Maneco, o Flávio e a portuguesa. Não tinha mais comércio nenhum. Só tinha a rua do centro e só mato (...)” (migrante do Estado do Piauí).

Nesse período, a referência religiosa era o catolicismo. Não havia ainda a atual Paróquia de São Sebastião – construída no final da década de 1970 – e o local de realização da cerimônia eucarística (missa) era a Capela de Santa Cruz, fundada no século XVI (SAAR, s/d). A Igreja Católica, e as festas em seu entorno, eram um dos poucos espaços de sociabilidade. O campo religioso evangélico estava em fase incipiente. Os evangélicos, para cumprir as suas atividades religiosas, tinham que ir para Ribeirão Pires ou constituir grupos de oração em suas residências. Segundo consta, por volta de 1965, foi erigido na Vila Lopes, um templo da Congregação Cristã no Brasil. Entre as primeiras igrejas fundadas na cidade – em 1970, conforme ata de fundação – foi a Assembleia de Deus, ministério de Santos. De forma geral, tanto no campo católico, como no evangélico, as igrejas se constituíam importantes espaços de sociabilidade no município. O kardecismo e a Umbanda se estruturam, de forma institucionalizada (locais para realizar sessões), a partir da década de 1980.

É importante que isso seja considerado, sobretudo, porque um dos elementos que caracterizam parcela dos migrantes que vieram para Rio Grande da Serra – o que vale para os migrantes em geral – é a baixa escolaridade. Embora, três ou quatro décadas atrás, essa questão não tivesse o peso atual, não deixava de representar um obstáculo para a conquista do emprego. Conhecer alguém era fundamental, principalmente, para arrumar trabalho fora do município (Grande ABC ou São Paulo). Assim, as redes de amizade, vizinhança ou religiosa tornaram-se importantes não apenas para o acolhimento e adaptação na cidade – o que muitas vezes significava viver em situação de pobreza – mas, também para a recolocação profissional.

A premissa, pela qual baseamos a nossa pesquisa, é que as redes sociais podem ser formadas nas práticas associativas informais ou pouco institucionalizadas. Nesse sentido, a abordagem acerca das redes pentecostais apoia-se na construção dos vínculos, mais ou menos, duradouros que se formam, por

exemplo, nos cultos (de louvor, da família, cura e libertação, prosperidade), estudos bíblicos e encontros em geral (semanas de avivamento, Encontro de princesas etc.). Vale destacar que um “espaço” importante, no interior das igrejas pentecostais em Rio Grande da Serra, são os grupos de oração e de louvor. No caso do louvor, as atividades em torno desse ministério reúnem, em geral, um contingente importante de jovens.

Entre as denominações, identificadas no município, destacam-se as Igrejas Assembleia de Deus (diversos ministérios), Congregação Cristã no Brasil e a Igreja Deus É Amor. Efetivamente, há um “universo” variado de igrejas pentecostais distribuídas pela cidade. Aquelas que (a partir de uma visão durkheiminiana) procuram constituir uma “comunidade” – erigidas por pastores e leigos da própria cidade e que se esforçam para construir vínculos entre os fiéis – conseguiram, até o momento, desenvolver-se melhor e estão capilarmente distribuídas. As igrejas, classificadas por alguns autores como neopentecostais (MARIANO, 1999), que se posicionam em locais “de passagem” – próximo às estações de trem, metrô, ou em grandes avenidas, o que não é o caso de Rio Grande da Serra – além de possuírem pequeno número de templos, fixaram-se mais no centro da cidade, embora, recentemente, estejam arriscando ir para os bairros. Igrejas surgidas recentemente, que não se classificam, necessariamente, como neopentecostais, mas, que se afastam, em certos aspectos, do “pentecostalismo clássico”, têm, aos poucos, conseguido boa inserção. Dois exemplos seriam a Igreja Chama de Fogo,¹⁶ e a Igreja Batista Água Viva, a última com grande penetração entre os jovens.

Um conjunto de razões contribuiu, ao longo do processo migratório, para a formação das *redes evangélicas pentecostais* no município. Entre elas estão as mudanças socioculturais que, não raramente, cooperam para que haja certo nível de desenraizamento de quem se desloca de uma região para outra. Nesse caso, as mudanças têm relação também com a maneira como o “espaço” foi se reconfigurando. Na opinião de Camargo (1961), as alterações provocadas pelo processo de urbanização no começo do século XX – até então uma sociedade rural – ocasionaram transformações socioespaciais importantes. Elas teriam contribuído para o desenvolvimento do pentecostalismo. Isso porque as igrejas pentecostais, adaptadas às regiões urbanas, acolheriam bem aqueles que vinham das regiões rurais.

¹⁶ A Igreja Chama de Fogo possui uma estrutura de culto que lembra a Igreja Assembleia de Deus, no entanto, é mais “avivada”, com maior inserção de louvores. Os “usos e costumes”, tradicionais ao pentecostalismo, são pouco exigidos. Não é raro, nos momentos em que as lideranças têm a palavra, que apareçam fragmentos da “teologia da prosperidade”, mas, não a classificá-los como uma igreja neopentecostal.

Isso faz sentido, tendo como premissa que o processo migratório não está marcado pela fixidez (MOYA e MARQUES, 2012). Todo o trajeto (da origem ao destino) coloca o migrante em contato com novas pessoas ou grupos. Inevitavelmente, ao longo do tempo, o seu universo cultural e religioso entra em diálogo com outros. Há que se levar em conta, ainda, que o migrante, que trouxe uma religião herdada, ao chegar aos centros urbanos deparou-se com uma diversidade de religiões, e a possibilidade de optar por uma (PRANDI, 1996).

O que explicaria a conversão dos migrantes ao pentecostalismo? O culto mais direto e emocional, centrado na leitura bíblica – com menor peso às interpretações intelectuais – e nas curas e revelações do Espírito Santo, característico do *etbos* pentecostal, contribuiu para uma melhor “acomodação” das pessoas que encontraram, pelo menos de início, dificuldades de (re) adaptação. Pesquisa realizada, entre os *evangélicos*, na cidade (NORONHA, 2010) indica que praticamente “um quarto” dos entrevistados aponta o “conhecimento mais profundo, e verdadeiro, da Bíblia” como a principal razão para se converter à sua atual religião. Muitos evangélicos justificam a sua mudança no fato de o catolicismo produzir um exame superficial da Bíblia. Outras questões, como a necessidade de “cura” e “libertação”, ou o sentimento que recebeu um “chamado divino” ou ainda, maior “união” entre os evangélicos, mostram que a mudança do ambiente cultural trouxe novas necessidades “religiosas”, nem sempre encontradas no catolicismo.

Enquanto o *catolicismo de libertação* – anos 1980 – apregoou (contra a pobreza) a transformação da sociedade em busca do “paráiso” na terra, numa empreitada cingida por um discurso econômico e político, o pentecostalismo propunha a “salvação” pelo ato de aceitar a Jesus. Não quer dizer que os pentecostais, ao longo de sua história, estivessem alheios às lutas que se construíram na sociedade. Há os que estivessem. Contudo, aqueles que se envolveram em movimentos sociais ou partidários, justificavam, e amparavam, sua luta “naquilo” que Deus lhe havia prometido em sua Palavra. Muitos dos migrantes passaram dificuldades econômicas ao chegarem aos grandes centros (e suas periferias), o que não foi diferente em Rio Grande da Serra. As “promessas” de uma vida melhor são muito contundentes nesse universo religioso, que tem como premissa a “vitória diante de todos os obstáculos”.

É preciso lembrar, ainda, que os trabalhadores que chegavam de outras regiões e passaram a morar nas “periferias urbanas” nem sempre tiveram acesso, por exemplo, ao movimento organizado de trabalhadores. Em muitos casos, as *redes religiosas* eram o único espaço “coletivo” em que participavam e, em certos casos, as “estruturas informais” construídas nas igrejas contribuíam em situações de dificuldade (BARRERA, 2012). É muito comum, no

âmbito das igrejas, que os irmãos e irmãs se ajudem. Em geral, são campanhas informais, pouco estruturadas, mas, funcionam bem, na medida em que auxiliam em necessidades básicas, como alimentos, remédios, em certos casos, empregos. É provável que, ao chegar e se deparar com parentes, ou amigos, já acomodados no pentecostalismo, logo tenham ido conhecer a religião onde, repetidas vezes, declarou-se estar o “Deus Vivo”! Fazendo-se, assim, um contraponto ao Deus “morto” (pregado na cruz) dos católicos.

O que se pode apreender, do que foi discutido, é que além das redes que se formam nos locais de origem, geralmente, empenhadas em organizar a travessia dos migrantes, há um conjunto de conexões que se estabelecem tanto ao longo do trajeto como aquelas que contribuem para o migrante fixar-se no local de destino. Além das redes de amizade ou vizinhança, as redes religiosas atuam no sentido de (re) adaptação de quem cruza fronteiras geográficas e simbólicas. Ao longo de tempo, e na medida em que os migrantes foram crescendo em número, passaram a ingressar nas igrejas da cidade. Essas foram desenvolvendo-se e passando a reunir, em sua filiação, o conjunto de migrantes. As redes passaram também, por essa razão, a constituir elementos de identificação e pertencimento. Dados referentes ao local de nascimento (que apresentaremos a seguir) contribuem para que analisemos como o fluxo migratório e a pertença religiosa contribuíram para a atual configuração do campo religioso na cidade.

Aspectos do pentecostalismo em Rio Grande da Serra

O pentecostalismo, conforme dito, começou a se desenvolver em Rio Grande da Serra, a partir da fundação da Assembleia de Deus, na década de 1970. Nesse período (entre a décadas de 1970 e 1990), houve expressivo crescimento demográfico, e, com ele, ao longo do tempo, o crescimento do número de pessoas que se declaram evangélicas, especialmente, no campo pentecostal. No Censo de 2000, a representação evangélica na cidade girava em torno de 24%. No último Censo, 36,7% da população se declarou evangélica (IBGE/2010). Do total de evangélicos, 65,9% se assumem pentecostais. Como há no total de evangélicos um percentual (11,35%) de “não determinados”, o número de pentecostais pode ser ainda maior.

Em pesquisa realizada no município, junto aos participantes de igrejas *pentecostais*,¹⁷ obtivemos, por meio de pesquisa estruturada, informações socioeconômicas (aqui destacaremos a questão de cor, renda e escolaridade)

¹⁷ Os dados referem-se à pesquisa em andamento, no município de Rio Grande da Serra. Os questionários foram aplicados também junto aos participantes do campo religioso católico, evangélico não pentecostal, kardecista e umbandista. Para este artigo, apresentamos os dados referentes aos evangélicos pentecostais.

e sobre o local de nascimento. Nesse caso, além do entrevistado, também apresentaremos dados de seus ascendentes, conforme tabela a seguir.¹⁸ Como não há maternidade no local, tentamos identificar aqueles cuja família ali morava quando de seu nascimento. Nesse caso, foram considerados naturais de Rio Grande da Serra.

Entre os participantes da pesquisa, que pertencem às igrejas pentecostais, 67,82% declaram possuir uma renda familiar de até três salários mínimos.¹⁹ No que se refere à escolaridade, 31,30% declaram ter estudado, no máximo, até o primeiro grau e 75,65% até, no máximo, o segundo grau.²⁰ Em termos de cor ou raça, 66,96% se declaram negros, percentual maior do que o apresentado pelo total dos respondentes (58,86%) ou mesmo pela população em geral, que é de 52% (IBGE, Censo/2010). A pesquisa também nos indicou que os pentecostais estão distribuídos, capilarmente, por todo o município, inclusive nos bairros que apresentam maior população em situação de alta vulnerabilidade social.²¹

Não pretendemos com os dados citados, por serem somente parte do coletado em pesquisa de campo, traçar um perfil socioeconômico. Contudo, eles contribuem com a nossa análise na medida em que indicam as condições a que estão expostos os pertencentes às igrejas pentecostais no município. Embora renda e escolaridade baixa sejam, também, realidade nos outros grupos religiosos (sobretudo entre católicos e umbandistas) o pentecostalismo apresenta-se como uma rede que atende um conjunto de expectativas (materiais ou religiosas) daqueles que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social. Essa situação marcou parte dos que chegaram à cidade no auge do processo migratório e, tal como observado, começaram a converter-se às igrejas pentecostais. A seguir, os dados de nascimento do respondente e seus ascendentes:

¹⁸ Para a apresentação, foi destacado o Estado de Minas Gerais, isso porque a contribuição de migrantes mineiros, para a localidade em questão, foi expressiva.

¹⁹ Considerando todos os grupos religiosos, 66,86% declararam receber até três salários mínimos. No grupo que apresentou melhor condição, em termos de renda (kardecistas), 44% declararam receber até três salários mínimos.

²⁰ Em relação à escolaridade, considerando o total dos grupos religiosos estudados, 28% atingiram, no máximo, o primeiro grau e 69,14% chegaram, no máximo, até o segundo grau. Como forma de comparação, entre os kardecistas – que apresentaram melhor situação em termos de escolaridade – que atingiram até, no máximo, o primeiro grau, o percentual é de 8%, e entre os que atingiram, até no máximo, o segundo grau o percentual é de 52%.

²¹ Vulnerabilidade social é um conceito que considera o somatório de situações de precariedade para além das precárias condições socioeconômicas, como renda ou escolaridade ruins. São considerados aspectos familiares, exposição a diversificadas situações de risco ou precárias condições de vida (MARQUES et al., 2004).

Tabela – Local de nascimento dos participantes (e seus ascendentes) das Igrejas Pentecostais em Rio Grande da Serra – dados em (%).

Local de nascimento	Dados do respondente	Dados maternos	Dados paternos
Rio Grande da Serra	19,13	0,87	0,87
Demais Cidades do Grande ABC	26,09	5,22	2,61
Capital, RM e Interior de SP	16,52	14,78	16,52
Minas Gerais	8,70	26,95	30,43
Região Nordeste	18,26	37,39	34,78
Demais Regiões do País	11,30	7,83	6,09
Outros Países	-	0,87	0,87
Não Soube/ Não Respondeu	-	6,09	7,83
Total	100,00	100,00	100,00

Entre os respondentes, 19,13% são naturais de Rio Grande da Serra. Não é pouco expressivo o percentual daqueles que vieram de outras localidades de São Paulo – Região Metropolitana (incluindo o Grande ABC) ou interior – para o município. Entre os respondentes, 38,26% são migrantes de outros Estados. Desses, 18,26% são oriundos do nordeste e 8,70% de Minas Gerais. Nota-se que, de uma forma ou de outra, a migração é um elemento que faz parte da construção social dessa cidade. Como destacam Baeninger (1992) e Bógus (1992), nas décadas de 1970 e 1980 o processo de migração urbano-urbano, ou a migração intraurbana, foi significativo. Essa situação reforça, também, a ideia que a migração nem sempre é direta. Muitas vezes, o migrante passa por diversos lugares até chegar ao seu destino final. Entre os entrevistados, um migrante do Estado do Maranhão, por exemplo, afirma ter passado pelo interior do Estado, por Diadema e São Bernardo do Campo, antes de chegar ao município de Rio Grande da Serra.

Relativo ao local de nascimento “materno” e “paterno”, o percentual de respondentes migrantes, sobretudo nordestino e mineiro, é significativo. Do nordeste, a presença de baianos e pernambucanos é marcante, mas, outros Estados estão representados. Não sabemos se os “ascendentes”, daqueles que responderam à pesquisa, também migraram ou moram, atualmente, na cidade. Presume-se que uma parte sim. Nesse caso, os respondentes seriam herdeiros dos efeitos inerentes ao processo migratório de seus pais, inclusive a mudança de religião, já que a pesquisa indica que, entre os evangélicos, os

ascendentes, em maior número as mães, também o são. É interessante notar, conforme pesquisa de campo, que entre os respondentes mineiros (também seus ascendentes), houve uma tendência a permanecer no catolicismo. Já os nordestinos, e seus ascendentes da mesma forma, se converteram, em maior número, ao campo evangélico.

Os migrantes estão presentes na cidade e também, de forma expressiva, entre os participantes do “campo religioso pentecostal”. Há uma característica do “acolhimento”, nas igrejas pentecostais, que passa, entre outras coisas, pela aceitação sem restrições de pessoas com baixa renda e escolaridade (muitas vezes, analfabetas), o que facilita, em muito, o ingresso de migrantes que, não raramente, chegam aos grandes centros nessas condições. Outra questão, a considerar, é que a liturgia pentecostal assemelha-se, em determinados aspectos, ao catolicismo popular (por exemplo, a forte presença da “devoção”, no caso, não aos santos, mas à Bíblia) o que também facilita a aproximação dos migrantes, muitos originários de regiões em que esse modelo de catolicismo está presente. De forma geral, funcionam como redes eficazes no processo de “reorganização social” dos que se deslocam de uma conjuntura sociocultural para outra. Deduzimos, então, que a migração, principalmente a nordestina, contribuiu para o desenvolvimento do pentecostalismo na cidade.²²

Tal questão demonstra que o pertencimento religioso não é um processo isolado, mas influenciado pelo contexto sócio espacial à sua volta. Por outro lado, indica, também, que as pessoas procuram o *universo religioso* que melhor atenda às suas necessidades, que, embora pareçam “estritamente” espirituais, não deixam de estar, também, “orientadas para este mundo” (WEBER, 2012, p. 279). As dimensões materiais e simbólicas da experiência humana nem sempre estão separadas. Na mudança, de um “lugar” para outro, as necessidades das pessoas podem alterar-se. A religião também!

Considerações finais

O crescimento das grandes cidades, no Brasil, esteve atrelado a um intenso deslocamento de pessoas. Percurso que se deu (e ainda ocorre) do campo para os centros urbanos, entre as grandes cidades, entre Estados em diferentes condições de desenvolvimento, além da imigração estrangeira. Fenômenos vinculados às transformações econômicas e sociais pelas quais passou a sociedade brasileira ao longo do século XX, a industrialização e urbanização tiveram papel importante na forma e na intensidade em que o processo ocorreu, este imbricado com uma distribuição do “espaço” de ma-

²² A migração mineira também contribuiu para o desenvolvimento das redes pentecostais, contudo, os dados indicam que, entre os migrantes, o percentual de nordestino é maior nesse grupo religioso.

neira pouco simétrica. Concordamos com Santos (2012), quando afirma que o espaço é uma acumulação “desigual” de tempos. Como procuramos frisar, o maior ou o menor volume de estruturas industriais e urbanas demarcou, intensamente, a formação de regiões de “expulsão” e “atração” de pessoas (SINGER, 2002).

Diante disso, o fluxo migratório entre a região Nordeste e Sudeste do país (especialmente de São Paulo) foi, ao longo de décadas, intenso e repleto de nuances. A busca por uma “vida melhor” motivou o deslocamento de milhares de pessoas que, em meio à expectativa de conseguir, de pronto, emprego e moradia, foram, pela ausência de uma “real” estrutura econômica e social que desse conta de absorver o contingente de pessoas, habitar as regiões de periferias urbanas. Se os centros urbanos, no auge do processo migratório, sofriam com a ausência de políticas públicas adequadas, nas periferias a situação era ainda mais delicada (KOWARICK e BRANT, 1976). O município em estudo foi um exemplo flagrante. Servindo de cidade-dormitório aos municípios mais industrializados da região, padeceu, ao longo de décadas, da ausência de infraestrutura urbana básica. Nos últimos quinze anos, o poder público tem estado mais presente e realizado obras importantes (mais concentradas no centro) o que precisa, ainda, ser melhor avaliado em termos de impacto para a população.

Se os “pioneiros” no processo migratório enfrentaram um “sem-número” de dificuldades, o emaranhado de relações, de amizade, parentesco ou religiosas, propiciou, com o passar do tempo, a formação de importantes redes de sociabilidade. Em Rio Grande da Serra, devido às condições geográficas e socioeconômicas, que dificultaram uma estruturação social imediata, tais redes tiveram um papel fundamental no “acolhimento” das pessoas que atravessaram as fronteiras materiais e simbólicas. As redes, inicialmente, foram importantes no que se refere aos elementos básicos de sobrevivência (alimentos, remédios etc.), mas, participaram, de forma privilegiada, na ampliação de conexões que possibilitaram questões mais amplas e significativas. Por se tratar de uma região, como o Grande ABC, em que havia um parque industrial de grande porte, poder contar com informações ou indicações sobre emprego, por exemplo, foi de vital importância.

Tendo como pressuposto que as redes sociais podem constituir-se a partir de práticas associativas pouco formais – no caso das redes formadas no campo religioso a própria estrutura litúrgica (cultos) estimula a formação de vínculos – consideramos que, de maneira geral, são espaços privilegiados para a construção de elementos de identificação e pertença. Leve-se em conta que é, também, no espaço litúrgico que os fiéis (entre eles os pentecostais) buscam elementos, nem sempre mensuráveis, como “salvação da alma” ou

“cura” ou ainda questões, que poderíamos classificar como “materiais”, como indicação de emprego ou ajuda em itens de necessidade básica. No caso da migração, principalmente para aquela parcela que foi habitar as periferias urbanas, as redes religiosas funcionaram, considerando esses elementos materiais e simbólicos, como uma espécie de rede de proteção, ponderando que, mesmo em uma localidade de forte presença sindical, não tiveram acesso aos movimentos de trabalhadores (BARRERA, 2012).

Nesse contexto, consideramos que o fluxo migratório, no circuito que destacamos – Minas Gerais e Nordeste com destino a São Paulo (e Grande ABC) –, contribuiu para o crescimento do pentecostalismo em Rio Grande da Serra. Por um conjunto de características, tornou-se uma rede eficaz para o processo de reestruturação sociocultural. Por constituir um universo simbólico capaz de acolher pessoas em situações mais frágeis, em termos de renda e escolaridade, fixou-se e conseguiu desenvolver-se na cidade. Pesquisa com pertencentes a esse grupo religioso mostra que seus ascendentes transitavam para o pentecostalismo há algumas décadas, o que indica que contribuíram para o desenvolvimento das redes que iam se formando ao seu redor.

Se havia, em Rio Grande da Serra, um forte pertencimento católico até o final dos anos 1970 – natural por se tratar de uma herança cultural – o processo migratório contribuiu para que essa hegemonia, ao longo do tempo, fosse quebrada. Buscando novas oportunidades, em uma região pouco conhecida, parcela dos migrantes encontrou no pentecostalismo não apenas um elemento de identidade, mas uma nova forma de viver a religião.

Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. Religião na Metrópole Paulista. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 19, n.º. 56, p. 15-27, 2004.
- ALMEIDA, Ronaldo de, e D'ANDREA, Tiaraju. Pobreza e redes sociais em uma favela paulista. **Novos Estudos**, n. 68, p. 94-106, 2004.
- BAENINGER, Rosana. O processo de urbanização no Brasil: características e tendências. In: BÓGUS, Lucia Maria M. e WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (orgs.). **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Editora Cortez, 1992, Cap. 1, p. 11-28.
- BARRERA, Paulo. Pluralismo Religioso e Secularização: Pentecostais na periferia da cidade de São Bernardo do Campo no Brasil. *Rever*, São Paulo, PUC, p. 50-76, 2010.
- BARRERA, Paulo. Religião e desigualdades sociais no município de São Bernardo do Campo: estudo comparativo de grupos evangélicos em dois bairros de condições sociais e econômicas opostas. In: BARRERA, Paulo (org.). **Evangélicos e periferia urbana em São Paulo e Rio de Janeiro**: estudos de sociologia e antropologia urbanas. Curitiba: Ed. CRV, 2012, Cap. 1, p. 17-63.
- BÓGUS, Lucia Maria M. Urbanização e metropolização: o caso de São Paulo. In: BÓGUS,

Lucia Maria M. e WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (orgs.). **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Editora Cortez, 1992, Cap. 2, p. 29-52.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. Handbook of theory and research for the sociology of education. Nueva York: Greenwood Press, 1986.

BOUDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRAIDO, Jacyr F. As migrações na atualidade brasileira. In: **Centro de Estudos Migratório** (Migração: êxodo forçado). São Paulo: Ed. Paulinas, 1980.

BRITO, Mônica Silveira. **A Participação da Iniciativa Privada na Produção do Espaço Urbano: São Paulo, 1890-1911**. Dissertação de mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-FFLCH da Universidade de São Paulo. São Paulo, fotocópia, 2000.

CAMARGO, Cândido Procópio. Kardecismo e Umbanda. São Paulo: Pioneira, 1961.

CAMARGO, Cândido P. F. de. **Católicos, protestantes, espíritas**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1973.

CERU – **Centro de Estudos Rurais e Urbanos** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP. Link: <http://www.fflch.usp.br/ceru/>.

COLOGNESE, Silvio Antônio. **Associações étnicas de italianos: identidade e globalização**. São Paulo: Ed. Itália Nova Editora, 2004.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Migração e Urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 3-20, out./dez. 2005.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana F. A. e OLIVEIRA, Ariovaldo U. (orgs.). **Geografias de São Paulo**. São Paulo: Ed. Contexto, 2004, Cap. 1, p. 19-58.

DEDECCA, Claudio S. e CUNHA, José Marcos Pinto da. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. In: **Rev. Bras. Est. Pop.** Campinas, v. 21, n. 1, p. 49-66, jan./jun. 2004.

DURHAN, Eunice R. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. **Pentecostais, migração e redes religiosas na periferia de São Paulo: um estudo do bairro de Perus**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo: São Bernardo do Campo, 2011.

FAJARDO, Maxwell Pinheiro. A diversidade pentecostal na periferia de São Paulo: aspectos do bairro de Perus. In: BARRERA RIVERA, Paulo (org.). **Evangélicos e periferia urbana em São Paulo e Rio de Janeiro: estudos de sociologia e antropologia urbanas**. Curitiba: Ed. CRV, 2012, Cap. 6, p. 187-214.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FOERSTER, H. C. Norbert. Migração e religião: padrões de migração no pentecostalismo

mais antigo brasileiro. In: Rev. Estudos de Religião, São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, v. 24, n. 38, p. 101-128, jan./jun. 2010.

FOERSTER, H. C. Norbert. Evangélicos da Congregação Cristã no Brasil em situação de alta vulnerabilidade na periferia de São Bernardo do Campo. In: BARRERA RIVERA, Paulo (org.). *Evangélicos e Periferia Urbana em São Paulo e Rio de Janeiro: estudos de sociologia e antropologia urbanas*. Curitiba: Ed. CRV, 2012, Cap. 2, p. 65-104.

FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

FRENCH, J. D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Caetano do Sul: Ed. Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

FURTADO, Milton Braga. *Síntese da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1980.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo de 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

KLINK, Jeroen Johannes. **A Cidade-Região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista**. Rio de Janeiro, ED: DP&A, 2001.

KOWARICK, Lucio e BRANT, Vinicius Caldeira. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Ed. Loyola, 1976 (Estudo realizado para Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo).

LOMNITZ, Larissa Adler. **Redes sociais, cultura y poder: ensayos de antropología latino-americana**. México, Ed. Flasco/Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, 2001.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MARINUCCI, Roberto. Reconfiguração da identidade religiosa em contexto de migratório. In: Revista Estudos de Religião, v. 25, n. 41, 97-118, jul./dez. 2011.

MARQUES, Eduardo. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

MARQUES, Eduardo. *Redes sociais, pobreza e segregação em São Paulo e Salvador – conceitos e métodos*. In: MARQUES, Eduardo (org.). *Redes sociais no Brasil: sociabilidade, organizações civis e políticas no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Ed. Fino Traço, 2012, Cap. 1, p. 21-43.

MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1981, v. 1, 224 p.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

NORONHA, Claudio Pereira. *Religião e Capital Social na periferia urbana do Grande ABC Paulista: uma análise das redes sociais pentecostais no município de Rio Grande da Serra*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

NORONHA, Claudio Pereira. *Religião e redes sociais pentecostais no município de Rio Grande da Serra no Grande ABC paulista*. In: BARRERA RIVERA, Paulo (org.). *Evangélicos e*

periferia urbana em São Paulo e Rio de Janeiro: estudos de sociologia e antropologia urbanas. Curitiba: Ed. CRV, 2012, Cap. 4, p. 129-158.

NORONHA, Claudio Pereira. Religião, redes sociais e capital social no Município de Rio Grande da Serra no Grande ABC paulista: Estudo das trocas materiais e simbólicas em contexto de periferia urbana. 2015, 311s. Tese (doutorado em Ciências da Religião) – UMESP/Faculdade de Humanidades e Direito, SB do Campo, 2015.

PRANDI, Reginaldo. As religiões, a cidade e o mundo. In: PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, Cap. 1, p. 23-34.

SAAR, Gisela Leonor. **Anotações históricas do município**, s/d.

SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países em subdesenvolvimento, 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2008 (2ª. reimpressão).

SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem, 5. ed. 3ª. reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Wanderlei dos. **Aspectos Históricos, Geográficos e Estatísticos do município paulista de Rio Grande da Serra**, s/d.

SILVA, Sidney Antonio da. Virgem/Mãe/Terra: festas e tradições bolivianas na metrópole. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2003.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização, 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.

TORRES, Haroldo. Fronteiras Urbanas. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, set./2004.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva, 4. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012 (3ª. reimpressão).

Outras Referências

Anais do VII Congresso de História do Grande ABC (2002).

IBAV – História da Igreja Batista Água Viva, 2007. Disponível em: <http://youtu.be/FBE-1hy64Fkk>. Acesso em 20.10.2013.

Submetido em: 19-11-2015

Accito em: 22-11-2015